

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NA PRAÇA UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA

MILITARY PHYSICAL EDUCATION IN THE UNIVERSITY SQUARE OF GOIÂNIA

OLIVEIRA, Raffael Barbosa¹
OLIVEIRA, Guilherme Ponciano Cunha²

RESUMO

Atualmente a atuação policial tem sua imagem desgastada e, ao mesmo tempo, a sociedade solicita uma polícia atuante e presente. Partindo deste paradoxo foram pensadas soluções que valorizem o profissional de segurança. No caso em questão, foram discutidos mecanismos teóricos e práticos que visam promover melhorias na qualidade de trabalho dos policiais e para a sociedade, uma vez que a Segurança Pública é composta por um conjunto de polícias, cada qual com as suas funções definidas na Constituição Federal (1988), e pela comunidade e grupos sociais organizados, mas que, todas elas se completam e se complementam para formar a força contra o crime. O trabalho analisou o caso da implementação da prática de atividades físicas dos policiais na Praça Universitária de Goiânia-Go, apresentando os resultados obtidos. O objetivo geral do trabalho foi o de evidenciar os reflexos advindos pela prática de exercícios físicos, na praça em questão, pelos policiais em formação. A metodologia do presente estudo se baseou em pesquisa de campo e na exploração de informações locais pertinentes ao estudo de caso.

Palavras-chave: Segurança. Polícia Cidadã. PMGO.

ABSTRACT

Nowadays the police action has its worn image and, at the same time, the society requests an active and present police. Starting from this paradox, solutions have been devised that value the security professional. In the case in question, theoretical and practical mechanisms were discussed that aim to promote improvements in the quality of police work and to society, since Public Security is composed of a set of police, each with its functions defined in the Federal Constitution (1988), and by the community and organized social groups, but which all complement and complement each other to form the force against crime. The study analyzed the case of the implementation of the practice of physical activities of the police in the Praça Universitária de Goiânia-Go, presenting the results obtained. The general objective of the study was to highlight the reflexes resulting from the practice of physical exercises, in the square in question, by the police in formation. The methodology of the present study was based on field research and the exploration of local information pertinent to the case study..

Keywords: Security. Citizen Police. PMGO.

1 Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma C Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, raffaelpmgo@gmail.com;

2 Professor Orientador: Especialista em Educação Física, Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, guirpm@hotmail.com, Goiânia – GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir a prática de atividades físicas da polícia militar, em especial a PMGO - Polícia Militar do Estado de Goiás – sob uma perspectiva de uma polícia “diferente” na presença uma sociedade em que, tanto o profissional de segurança, quanto a própria corporação, buscam a reconstrução do papel da polícia militar dentro de um novo conceito, bem como o de cumprir a sua função constitucional, possibilitando a melhoria da formação e da eficiência do efetivo, uma vez que se o policial trabalha com proximidade da população, ele terá maior inserção naquela comunidade podendo facilitar as ações preventivas, além da otimização da imagem policial diante do corpo social.

De fato, as novas estratégias, no que tange aos processos de formação da ordem pública e da paz social, têm conduzido as corporações de polícia a buscarem um nível de excelência frente às barreiras sociais, com as quais, ao longo do processo histórico, teve que lidar.

Contudo, para a efetivação de um procedimento de transformação da imagem da instituição policial, seja ele o menor que for, é necessária uma reforma que abarque a garantia do cidadão, além dos limites da ordem pública pautada na Constituição de 1988, e também realçar a aproximação da Polícia Cidadã para que se obtenha a compreensão da sociedade saindo de uma ótica com viés arbitrários e chegando a um alinhamento mais ajustado sob o âmbito protetor.

A viabilidade de uma resposta frente aos conflitos que abrangem a população, no que diz respeito a organização social com um intuito de prevenir pequenos e médios crimes, é de grande importância, uma vez que um planejamento que engloba projetos que auxiliem a promoção da aproximação entre os agentes e a comunidade, proporcionam uma imagem de um policiamento próximo, de modo a elevar a sensação de segurança no corpo social.

Diante do exposto, o presente estudo discorre sobre os impactos gerados pelo planejamento de aproximação policial através de exercícios físicos em praças públicas, uma vez que esta ação visa não somente proporcionar uma apropriação de reinterpretação da imagem da polícia, mas sim fomentar a saúde do agente de segurança, bem como oferecer a ele práticas mais saudáveis em ambientes externos.

Portanto, o estudo empreendido aponta para a prática institucional observada, na esfera da Polícia Militar, no que tange a estratégia de aproximação da sociedade, por meio do uso compartilhado do espaço público.

A praça universitária é um cartão postal da cidade e possui várias atrações como pista de caminhada, biblioteca e um Museu de estátuas de esculturas goianas a céu aberto entre três universidades. No entanto, apesar dos atrativos, a região tem alto índice de violência e a população não se sente segura em utilizar o espaço. O fato é tão relevante para a comunidade local que os reitores das universidades se reuniram com o comandante de policiamento, no segundo semestre de 2017, em busca de uma solução de segurança.

A partir desta premissa o seguinte problema se apresenta: “a presença da polícia militar, em suas atividades de educação física na praça universitária, trazem benefícios para os seus usuários?”.

Neste sentido, foi feita uma pesquisa, com o público em geral da praça, relacionada à inserção dos policiais do Curso de Formação de Praças (CFP) para o local, como parte de suas atividades de formação na forma de prática de atividade física dos policiais na Praça Universitária, o que busca inseri-los e integra-los à comunidade e, a segurança do local.

2 Revisão Bibliográfica

É sabido que a atividade física é uma ação relevante no que tange à saúde do indivíduo, sobretudo, em algumas profissões específicas que necessitam tanto do corpo atuante, quanto da mente ativa, para a eficácia na execução de suas respectivas funções, dentre os quais, está o profissional de segurança.

Desta forma, é importante ressaltar que a exposição de policiais aos perigos relacionados à esfera da saúde é rotineira, devido aos inúmeros riscos provenientes de várias situações oriundas do exercício da profissão. Assim sendo, a prática de atividades em ambiente aberto pode colaborar com a atenuação do estresse e com a diminuição de doenças psicossociais. Cabe também salientar que quando o policial está fazendo suas atividades em locais abertos e de convívio social, esta ação auxilia na diminuição do índice de violência pela participação da corporação de forma indireta no combate e coibição de pequenos delitos, que por

sua vez colaboram para um ambiente de valorização do profissional por parte da sociedade e, por conseguinte, gerando um ambiente de trabalho mais sadio.

Assim sendo, de acordo com Hagen (2006), o exercício físico regular pode auxiliar não apenas na saúde do policial, mas também no seu desempenho ocupacional. Ainda segundo o mesmo autor, a função do profissional de segurança pública pode estar exposta a situações fisicamente arriscadas e a longos períodos de sedentarismo. Neste contexto, percebe-se que o exercício físico pode ser considerado um fator importante na prevenção e tratamento de algumas doenças, bem como trazer benefícios psíquicos e físicos.

Rolim (2006), reforça a importância de se repensar o modelo vigente de gestão de segurança pública. Isto é, se faz necessário uma reflexão da função da polícia contemporânea, e da necessidade de organizar um sistema que fomente o bem-estar da maior parcela populacional em simultaneidade com as atividades sociais e culturais da sociedade; levando a pensar em um conflito entre fortalecer o poder de polícia em contraponto às políticas sociais de resgate da cidadania e da individualidade.

De acordo com o mesmo autor, a proteção apresentada pelo Estado deve influir no processo social, sendo, portanto, um instrumento de alinhamento das relações sociais e comunitárias, estabelecendo compromissos com o cidadão e ensinando técnicas de defesa social espontaneamente, sem ser requisitado.

Por outro lado, Mintzberg (2007) aponta que não são necessárias grandes reformas estruturais para que a ação das polícias se torne mais eficientes, já que mudanças profundas e radicais podem ser paralisantes, o que levaria a um enorme custo social com o qual a sociedade brasileira não pode arcar atualmente.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1990), existem dez diretrizes que são necessárias para as políticas, no que diz respeito aos procedimentos e atividades relacionadas ao policiamento comunitário, tais como: filosofia e estratégia organizacional; comprometimento da Organização com a concessão de Poder à Comunidade; policiamento descentralizado e personalizado; resolução preventiva de problemas; ética, legalidade, responsabilidade e confiança; extensão das competências do agente; Auxílio às pessoas com necessidades específicas; criatividade e apoios básicos; mudança interna e construção do futuro.

Abrucio e Gaetani (2006) afirmam que a "Gestão Pública é um campo de conhecimento peculiar. Trata-se de uma área por definição interdisciplinar e que depende de conhecimento advindo da ciência política, da economia, da

administração, da sociologia, do direito, da história e da cibernética". Desta forma a gestão pública de segurança, para ser efetiva, precisa relacionar uma série de aspectos que fazem parte das relações humanas em ambiente de compartilhamento de ideias, espaços e valores que, muitas vezes, são determinados por imposição de leis ou de uso, em locais que deveriam ser de participação da população, mas que poucos percebem que possuem "poder" de opinar e de participar efetivamente, como no uso dos espaços públicos.

No caso das forças policiais, cabe acrescentar ao conceito interdisciplinar de gestão pública de segurança noções de motivação para elevar a participação, interesse e sensação de pertencimento dos cidadãos, utilizando processos psicológicos e ações estratégicas, como a presença em locais públicos de lazer, que estimulem os populares a participar da segurança da sociedade brasileira. Para isso ocorrer, é preciso entender sobre quais são as barreiras para que as pessoas sugiram e participem de tais processos para, então, partir para o aspecto complexo de acréscimo do poder de polícia ou da conscientização do que as políticas sociais podem abranger no tocante a este tema, levando em consideração que o agente de segurança também é um indivíduo que busca melhores condições para o exercício de sua função.

Mozzicafreddo (2000), salienta que relação do cidadão com a administração pública, é, normalmente, uma relação negativa que se pauta numa atitude de desconfiança de ambos os lados. Por isso, na busca por amenizar esta sensação, qualquer atividade realizada no âmbito da polícia de proximidade necessita incluir, necessariamente, a comunidade a qual tem participação importante na implementação dos programas comunitários que proporcionam uma melhor qualidade de vida e a divisão de responsabilidades.

Smeets e Strebelle (2000), ressaltam que para que as relações sejam, de fato, efetivas, se faz necessário que se tenham estruturas adequadas para receber as sugestões, bem como as experiências dos indivíduos, por meio de propostas e comissões de participação e assistência de decisões que dizem respeito ao cidadão e, por conseguinte, a comunidade. Contudo, estas relações só podem obtidas com uma comunidade e um corpo político ativos, desta forma, é necessário que sejam promovidas, regulamentos, leis, políticas procedimentos e ações contínuas.

Atualmente, a sociedade busca por mecanismos de segurança mais eficazes no que diz respeito à segurança pública. De acordo com Vasco (2014), deve-se levar em consideração as barreiras frente a este processo, tais como: o

sentimento de insegurança da sociedade, de modo geral, a falta de confiança no policiamento tradicional e a pouca presença da polícia junto à população. Desta forma, se cria uma demanda que está relacionada ao desejo de mudanças, sejam elas comportamentais ou de competências, de modo a retirar os padrões convencionais de policiamento e inserir a sensação de proximidade como uma alternativa ao combate da violência com mais violência.

Azevedo (2013) ressalta que, em relação à legitimidade e à confiança, aplicadas à força policial, referem-se a aspectos distintos, apesar de haver um cruzamento claro entre os dois termos. A legitimidade relaciona-se ao reconhecimento do direito consentido de exercer o poder de polícia, a confiança institucional, por outro lado, relaciona-se muito mais com a expectativa de segurança acerca das ações institucionais, comparadas à experiência prática vivenciada em relação às instituições. Nesse sentido, ao confiar em uma instituição, os indivíduos estão operando, simultaneamente, uma avaliação racional e normativa acerca dela, por isso não basta apenas ter a ação legitimada e sim tê-lo racionalmente e subjetivamente aceito pela população.

3 Metodologia

Segundo Gil (2010), a pesquisa é feita mediante conhecimentos acessíveis com a execução de métodos e técnicas de investigação, abarcando diversas etapas.

De acordo com o mesmo autor, uma pesquisa, pode ser compreendida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do modo científico na qual são descobertas respostas ou são comprovadas hipóteses para as quais foram formulados questionamentos e apresentados problemas.

Portanto, torna-se importante e necessário a investigação de quais fatores foram preponderantes neste processo, tanto na atenuação do índice de violência em uma determinada praça da cidade, quanto a otimização da imagem da corporação frente a sociedade.

O trabalho faz uma reflexão sobre a importância da polícia cidadã no lugar da polícia opressora e como que, por meio de planos estratégicos, a instituição consegue estabelecer um “novo conceito” de polícia para gerar eficácia da

contribuição dos profissionais de segurança até mesmo em seus momentos de atividades físicas.

Por conseguinte foi realizada uma pesquisa com os frequentadores do referido parque, por meio de um questionário. Os participantes foram convidados a responder algumas questões, previamente selecionadas, com o objetivo de se conhecer o nível de aceitação e a consequência da presença policial.

Para a referida pesquisa foi determinado, através de cálculos estatísticos amostrais, com erro inicial de 6% e uma margem de credibilidade de 95%, uma amostra de 263 pessoas.

O questionário, composto por 12 questões objetivas, foi aplicado por um policial em trajes civis a fim de evitar algum meio de indução e, visando uma total transparência. Ainda, foram realizados em horários e dias alternados, preferencialmente quando tal atividade estava sendo realizada. Dando prosseguimento, os dados coletados foram tratados através do programa EXCEL, possibilitando uma análise geral dos resultados.

Segue o questionário mencionado:

PESQUISA DIRIGIDA SOBRE A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PARA OS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA NO PARQUE

A Polícia Militar criou o projeto "Polícia Militar, Saúde com Segurança", no qual os alunos do Comando da Academia da Polícia Militar, praticam Atividades Físicas nos Parques com o objetivo de melhorar a saúde, a qualidade de vida, e também atuar, com a sua presença ostensiva, na segurança da sociedade.

Gostaríamos da sua opinião. Ela é muito importante!

Desde já, agradecemos a atenção dada!

1. Idade:

- Menor de 15 anos
- 16 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- acima de 55 anos

2. Sexo

- Masculino
- Feminino

3. Frequenta o Parque com regularidade?

- Sim
- Não

4. Há quanto tempo?

- Menos de três meses
- Mais de três meses a um ano
- Mais de um ano

5. Quantas vezes por semana frequenta o Parque? (Marque apenas uma opção)

- 1 Vez
- 2 Vezes
- 3 Vezes
- 4 Vezes
- Mais de 4 Vezes

6. Qual o período que você **MAIS** frequenta o Parque?

- Manhã
- Tarde
- Noite

7. Você já foi vítima, presenciou ou conhece alguma pessoa que já sofreu algum tipo de crime no Parque ou nas proximidades a menos de 3 meses?

- Sim
- Não

8. Você percebeu a presença da Polícia Militar no Parque realizando Atividade Física?

- Sim
- Não

9. Como você classifica o nível de segurança no parque, durante as atividades de Educação Física desenvolvidas pela PM?

- Excelente
- Bom
- Ruim

10. Você considera importante a prática de Educação Física da PMGO nos Parques?

- Sim
- Não

11. Durante as atividades de Educação Física da PMGO, você foi vítima de algum crime?

- Sim
- Não

12. Você acredita que as atividades de Educação Física da PMGO no Parque devem continuar?

() Sim

() Não

4 Resultados e discussão

Tendo como análise gráficos feitos nessa pesquisa, constatou-se que o publico que maior frequenta a Praça Universitária, são pessoas entre 26 a 35 anos, por ser um local com inúmeras faculdades e universidades, entrevistas feitas com os usuários, revelou que, muitos destes passam o dia inteiro naquela localidade, e entre um intervalo de uma aula para outra, gostam de frequentar a praça universitária para manter a qualidade de vida, seja para descanso ou atividade física, dentre outros entretenimentos na região.

Na ótica da presença da Policia Militar na praça universitária, frequentadores demonstraram um nível de satisfação muito positiva, pois relatos destes usuários revelam que a partir das 18h00minhrs começam a ocorrer crimes patrimoniais, tais como: roubo a pedestres e arrombamento a veículos e outros crimes desta natureza, e que com o inicio das atividades físicas dos policiais militares em formação inibiu consideravelmente tais delitos, mostrados nos indicadores de violência, gerando uma sensação de segurança mais elevada por parte da população.

Desta forma a presença policial nos parques, estreitou a relação entre a população e a Policia Militar, tirando visões distorcidas e retrógradas construídas ao longo do tempo em relação a instituição PM.

De acordo com Vasco (2014), as ações desastrosas, ocorridas no passado, que foram elementos característicos das policias atuantes da época ditatorial, geraram impactos negativos para todos os profissionais de segurança pública atuais.

Cabe ressaltar, ainda segundo Vasco (2014), que apesar de terem se passados anos desde a extinção da ditadura, até mesmo com a consolidação do Estado Democrático de Direito, com a implementação da Constituição de 1988, as mazelas desta triste impressão ainda permanecem incutidas em boa parte da sociedade atual. A população, de modo geral, ainda segundo o autor, tem receio da polícia, ao invés de respeitá-la como parceira. Grande parte da sociedade prefere ter

distância da polícia, devido à falta de confiança, deste modo, muitas pessoas não auxiliam os profissionais de segurança pública no combate ao crime, dificultando os processos investigativos.

Portanto, a polícia sofre com a incompreensão da sociedade, e é atacada fortemente. No entanto, as corporações buscam a tão sonhada paz social, uma vez que dentro de um país em que a sociedade exige uma polícia cidadã, já que a Constituição de 1988 prevê a aplicação dos direitos fundamentais e sociais do cidadão, é perfeitamente justo e aceitável que o indivíduo goze de seus direitos, tanto civis quanto políticos. Desta forma, a Constituição de 1988, em suas prerrogativas, prevê a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade e à segurança.

Conforme já evidenciado no preâmbulo de informação deste trabalho, a praça possui um índice elevado de criminalidade e este fato é tão importante para a comunidade local que os reitores das universidades se reuniram com o comandante de policiamento, no segundo semestre de 2017, em busca de uma solução de segurança.

Neste sentido, conforme já informado no presente estudo, foi realizada a inserção dos policiais do Curso de Formação de Praças (CFP) para a área, como parte de suas atividades de formação na forma de prática de atividade física dos policiais na Praça Universitária, o que busca inseri-los e integra-los à comunidade.

Os impactos observados pela população, de forma geral, gerados por esta ação, foram: atenuação do índice de violência, melhoria da sensação de segurança e bem-estar, otimização do uso da praça para as práticas esportivas.

Diante do exposto, é possível perceber que as ações estratégicas da corporação alcançaram o objetivo que era visado. Desta forma, cabe salientar que o órgão militar obteve sucesso nesta ação em nível micro, porém, este planejamento pode ser refletido em nível macro, uma vez que comprovada sua eficácia.

A polícia militar, junto com a sociedade busca e colabora para ser mais participativa frente às necessidades da população local. Contudo, cabe ainda evidenciar que os planejamentos estratégicos, neste âmbito, refletem um cenário “ideal” do posicionamento da polícia, já que, conforme mostrado ao longo deste trabalho, a corporação vem buscando otimizações tanto em ações que refletem diretamente em sua imagem, quanto nos impactos referentes à formação do agente de segurança.



Imagem 1 -Praça Universitária. Fonte: Google Mapas (2018)

5 Conclusão

O referido artigo abordou a educação física militar EFM, realizada na Praça Universitária, durante o Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado de Goiás. O objetivo principal foi à aproximação da polícia militar com a sociedade e conseqüentemente e a diminuição da criminalidade nessas praças.

Tal projeto surgiu, no Comando da Academia de Polícia Militar, que anteriormente realizava suas atividades físicas dentro da instituição, visando conciliar a atividade física, com o patrulhamento de áreas críticas, surgiu o referido projeto, que a principio conta com policiais em formação e já qualificados e treinados para esse tipo de situação.

A presença da PMGO nessas localidades diminuiu substancialmente a ocorrência de delitos patrimoniais. Durante suas atividades físicas o policial militar fica atento ao perímetro para evitar possíveis delitos, e conseqüentemente realizando sua atividade fim que é o patrulhamento ostensivo previsto no art. 144 da Constituição Federal.

Com a herança da ditadura no Brasil, a população demonstrou um certo receio com a presença policial em áreas direcionadas ao lazer, mas durante a pesquisa dados mostraram a quebra da resistência da população em relação a instituição. Nesse sentido ficou latente a vontade e satisfação da população em ter a

polícia militar praticando suas atividades nos parques estaduais, demonstrando assim a grande eficácia deste projeto.

Um ponto bastante positivo que deve ser ressaltado do projeto em questão é que os laços entre população e polícia militar, foram estreitados. A proximidade com a população é um ponto muito positivo que deve ser levado em consideração de igual valor para ambas as partes. Com a população de bem ao lado da polícia, são feitas, por exemplo, maiores denúncias e conseqüentemente mais crimes são solucionados ou até mesmo evitados em sua raiz.

Por fim, o projeto idealizado pela Polícia Militar do Estado de Goiás, que ingressa os novos militares em formação em atividades físicas nos parques, em especial na praça Universitária, aumentou consideravelmente a sensação de segurança da população que ali freqüenta e reside nas imediações. A partir de tal pesquisa foi notado claramente que os indicadores de violência declinaram no decorrer do projeto na praça. Vale salientar que futuramente o Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás pretende expandir os horizontes de tal projeto em outros parques e praças da capital e do estado.

Referências

ABRUCIO, F.L; GAETANI, F. **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados: agenda, aprendizado e coalização**. Brasília. Consad, 2006
Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul; 2006.

AZEVEDO, R.G. **Elementos para modernização das polícias do Brasil**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2013.10: 8-20, suplemento especial.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Manole, 2004.

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

Contemporary Perspective. Cincinnati, OH: Anderson Publishing Co. 1990

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAGEN AMM. **Encontro Anual da ANPOCS 30**; 2006; São Paulo. São Paulo:

MARQUES A.J.M **POLÍCIA:Ordem, Fraternidade e Interatividade para a Paz Social**. Aracaju. 2009. Disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/policia-ordem-fraternidade-e-interatividade-para-a-paz-social/32745/>

MINTZBERG, H; IAMBEL, J QUINN, J. B.; GLOSHAL, S. **O PROCESSO DA ESTRATÉGIA**. Bookma Cia Editora: São Paulo, 2007.

MOZZICAFREDO, J. **Administração e Política** – Perspetivas de reforma da administração pública na Europa e nos Estados Unidos. Oeiras. Celta Editora.

PEREIRA, G.O.L. **Vida nua e estado de exceção permanente: a rearticulação da biopolítica em tempos de império e tecnocapitalism**. Revista Sistema Penal & Violência. Porto Alegre, volume 06, número 02, p. 215-231, jul/dez.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad Editora, 2000.

RATCLIFFE, J.H. **INTELLIGENCE LED-POLICING**. Routledge. New York, 2011.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Oxford, Inglaterra:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SMEETS, S, STREBELLE, C.. **La police de Proximité en Belgian**. Bruxelles, Bruylant. 2000

SOUZA, R.T de. **Justiça em seus termos – Dignidade humana, dignidade do mundo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SPECTOR, N. **Manual para redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 150p.

TROJANOWICZ, R. BUCQUEROUX, B. **Community Policing: a** University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2009.

VASCO, J. **Polícia de Proximidade: aplicação de Polícia de Proximidade na**